



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 006/2012**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às 09h e 35min (nove horas e trinta e cinco minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima trigésima quinta reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fátima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer e os conselheiros suplentes: João Carlos Carpes da Silva, José Marcelino Heck, Manuel Roberto Escobar. Aberta a sessão, o Presidente solicitou a leitura da Ata da sessão anterior e em seguida colocou-a em discussão, sendo aprovada após complemento da fala da conselheira Maris na linha 48. Logo a seguir foi disponibilizado espaço aos conselheiros para apresentação de informes. A conselheira Maris informa que no DOPA do dia 20/03/2012 na pág. 16 está a seguinte publicação: *a Secretaria Municipal da Administração, de ordem do senhor Prefeito, de acordo com o Decreto 11.762/97, autoriza a LIBERAÇÃO DO PONTO aos servidores Municipais da Administração Centralizada e Descentralizada que, comprovadamente participarem da Assembleia Geral Extraordinária do SIMPA, no dia 11 de abril de 2012 (quarta-feira) a partir das 13h30min, no Centro de Eventos, do Parque Harmonia. A liberação dos servidores ficará a cargo de suas chefias, mediante pronunciamento do titular, a fim de que não fiquem prejudicadas as atividades dos diversos setores.* Logo entregou dois cartazes ao conselheiro e Diretor Geral Rigotti, solicitando que sejam afixados no mural do Departamento. O conselheiro Rigotti lembra a todos que nesta semana estão ocorrendo diversas comemorações alusivas ao aniversário de Porto Alegre e convida a todos a se integrarem às comemorações, especialmente em relação ao baile da Redenção que será realizado no próximo sábado. A conselheira Sueli informa que está participando de uma exposição no TRT que faz parte das comemorações do aniversário da cidade, diz que é um trabalho muito bonito e convida a todos a visitarem a exposição. O conselheiro Marcelino informa que viu uma notícia sobre a aposentadoria por invalidez que passará a ter proventos integrais e com paridade. O Presidente diz que recentemente tomou conhecimento da aprovação da PEC 5 (PEC 270), que trata da integralidade e paridade salarial aos aposentados por invalidez, em ato contínuo, solicitou a Secretaria deste Conselho que encaminhasse por e-mail a todos os conselheiros cópia da referida matéria. O conselheiro Rigotti relata que após a divulgação da aprovação dessa PEC, entrou em contato diretamente com o Ministério da Previdência, onde consultou a Sra. Zanita, com o intuito de esclarecer alguns pontos onde há dupla interpretação, conforme entendimento preliminar a paridade passará a existir para quem se aposentar por invalidez, independente do tempo de contribuição. O conselheiro diz ainda que a aprovação desta PEC aumentará o passivo e que está sendo elaborado estudo para dimensionar o impacto financeiro ao PREVIMPA, ressalta que é de extrema importância que a perícia médica esteja bem estruturada. O conselheiro Marcelino diz que as gratificações do DMAE também impactarão financeiramente o PREVIMPA. O conselheiro Gilmar informa que está tramitando na CMPA, projeto que cria gratificações para os servidores da SMA e que esta também se estenderá aos servidores que estão cedidos para todas as esferas do governo. Após os informes passou-se a ordem do dia, imediatamente foi abordado o item dois, por solicitação do conselheiro Dionello tendo em vista que o mesmo teria que se ausentar da reunião. O conselheiro Dionello informa que circulou e-mail entre SMA e CEF referente às sugestões

50 efetuadas por este colegiado, em decorrência do contrato de venda da folha, sendo que a CEF  
51 retornou e-mail dizendo que já esteve neste Conselho para esclarecer sobre Minuta relativa ao  
52 Acordo de Cooperação para implementação do financiamento habitacional e que poderá  
53 comparecer novamente para tratar das questões e providências pendentes em relação ao contrato de  
54 venda da folha. O conselheiro Dionello sugere que seja pontuado em Ata as demandas deste  
55 Conselho. A conselheira Fátima diz que esta Secretaria providenciará e-mail com as sugestões já  
56 definidas na Ata nº 028/2011 a qual aprovou o Termo Aditivo da Venda da Folha e o encaminhará  
57 ao conselheiro Dionello que se encarregou de fazer o elo de comunicação entre  
58 CEF/SMA/Conselho de Administração. As sugestões constantes na Ata acima citada e que serão  
59 encaminhadas são as seguintes. 1- *“Que se volte às cláusulas do primeiro contrato com a CEF, com*  
60 *redução de tarifas, isenção pelo menos por um período”*; 2- *“Isonomia nas taxas de juros e outros*  
61 *procedimentos entre os municipais ativos, aposentados e pensionistas, independente do órgão de*  
62 *origem”*. Em sequência, o conselheiro Rigotti esclarece em relação às sugestões deste colegiado  
63 para a Administração Municipal, destacando que em relação à abertura de espaço para novos  
64 consignados, ainda não foi aceita pela PMPA e que caberá análise de viabilidade de acordo com as  
65 propostas apresentadas pelas instituições interessadas, uma vez que todos servidores têm cadastro  
66 de conta salário e tem liberdade de migrar para outras instituições financeiras. Em relação à  
67 sugestão de que 20% do valor destinado ao PREVIMPA fosse destinado pra a aquisição da sede da  
68 entidade, a mesma não foi aceita pela PMPA, sendo que a integralidade do valor foi destinada ao  
69 pagamento dos proventos do Regime de Repartição Simples. Entretanto, foi aceita a retomada da  
70 possibilidade de negociação da venda do terreno da PMPA ao PREVIMPA. O conselheiro diz ainda  
71 que está aumentando bastante a quantidade de aposentados, que anteriormente eram em torno de  
72 300 a 400 aposentadorias por ano, em 2011 foram concedidas aproximadamente 600 novas  
73 aposentadorias e que para 2012 este quantitativo deve ultrapassar o número de 700 aposentadorias.  
74 Complementa informando que o número de servidores do Regime Capitalizado está aumentando  
75 significativamente, sendo que hoje conta com aproximadamente 4.500 servidores e  
76 conseqüentemente o próximo cálculo atuarial apontará a projeção destas situações. O conselheiro  
77 informa que o Departamento está trabalhando junto ao CONAPREV a possibilidade de  
78 compensação entre Regimes Próprios e União; Estado e Municípios. O Presidente questiona ao  
79 conselheiro Rigotti se o Governo Federal tem manifestado interesse em regulamentar Lei que  
80 possibilite o uso do COMPREV entre todos os entes. Sendo respondido pelo conselheiro que a  
81 equipe técnica do governo federal está trabalhando na constituição de cadastro mais rigoroso e  
82 ressalta a importância de ter um cadastro bem definido, pois este facilitará o conhecimento de  
83 pessoas que, por exemplo, recebem dois benefícios de pensão. O conselheiro Rigotti informa ainda  
84 que, neste ano, será realizado censo dos servidores ativos junto a SMA e que para o próximo ano  
85 está previsto o censo de todos os servidores, incluindo os inativos. A conselheira Maris solicita ao  
86 conselheiro Rigotti que após conclusão dos dados cadastrais, passe as informações a este Conselho,  
87 de forma que o colegiado possa conhecer a realidade dos servidores citando, por exemplo, a  
88 existência de informação de que o tempo médio de vida do setor operário, após a aposentadoria é de  
89 dois a três anos e não há como saber se este dado é verdadeiro ou não. O conselheiro Rigotti diz que  
90 o PREVIMPA ainda não tem setor específico para Cadastro e que a nova reestrutura prevê a criação  
91 deste setor e assim proporcionará a coleta de dados de todos os servidores para um Cadastro mais  
92 eficiente. Na sequência passou-se ao item três da ordem do dia. O Presidente, primeiramente  
93 agradeceu em nome do Conselho ao conselheiro e Diretor Geral Rigotti pela resposta em atenção ao  
94 ofício nº 003/2012 demandado por este Colegiado referente à nomeação da Diretora  
95 Administrativo-Financeira, Liege Mentz, face à exoneração do Diretor Administrativo-Financeiro,  
96 Manuel Roberto Escobar. O Presidente leu o of. nº 084/12 recebido do GDG/PREVIMPA o qual  
97 trouxe a seguinte resposta: *“As razões de mudança de Diretoria passam por uma visão de gestão*  
98 *que visa a buscar lideranças internas erigidas naturalmente no interior do próprio Departamento.*  
99 *Ressalta que a decisão de mudar a Diretoria não desqualifica em absoluto, o brilhante trabalho*  
100 *desenvolvido até então pelo ex-Diretor Manuel Escobar”*. O presidente pergunta se a nova Diretora  
101 é servidora concursada do PREVIMPA. O conselheiro Rigotti responde que a mesma é servidora de

102 cargo efetivo do DMAE e está em processo de transposição. O Presidente diz que transposição é um  
103 assunto que está sendo rechachado pelos Tribunais e relata como exemplo o caso de servidores da  
104 CMPA que passaram pelo processo de transposição e posteriormente tiveram seus processos  
105 tornados sem efeito pelo Tribunal de Justiça do RS. O Presidente questiona ao conselheiro Rigotti  
106 do porquê do Departamento usar dois critérios, uma vez que este fez concurso próprio e ao invés de  
107 nomear novos servidores propõe transposição aos servidores que não são do Departamento. O  
108 conselheiro Rigotti responde que o concurso realizado pelo Departamento previu um nº específico  
109 de cargos os quais todos foram providos e não foram consideradas no concurso o nº de vagas  
110 referente à quantidade de servidores que já estão na Autarquia há bastante tempo e lembra aos  
111 Conselheiros de que quando o PREVIMPA nasceu não havia servidores próprios da Autarquia e  
112 que poucos se dispuseram a vir trabalhar no PREVIMPA, pois Previdência era um assunto novo e  
113 de pouco conhecimento dos servidores. Complementa informando que a servidora Liege Mentz que  
114 hoje ocupa o cargo de Diretora está no PREVIMPA há sete anos e foi uma das poucas que se  
115 propôs a vir mesmo enfrentando dificuldades de falta de experiência na área e até mesmo de infra-  
116 estrutura do Departamento. O conselheiro Alexandre Marder retoma o assunto abordado pelo  
117 Presidente referente à transposição e diz que anteriormente tinha uma peculiaridade no Município  
118 que fazia concurso geral que eram aproveitados por diferentes órgãos municipais. Com base neste  
119 fato o Tribunal de Contas flexibilizou e possibilitou que os servidores que prestaram concurso para  
120 a PMPA possam ser aproveitados em outros órgãos. O conselheiro Pedro Martins corrobora com o  
121 conselheiro Alexandre Marder e acrescenta que a questão transposição já é fato julgado de forma  
122 positiva pelo Tribunal de Contas em se tratando de cargos de mesma atribuição, apesar do TC fazer  
123 recomendação para que cada órgão faça seu concurso. O conselheiro Ricardo complementa as falas  
124 dos conselheiros Alexandre Marder e Pedro Martins concluindo que o entendimento de fazer  
125 concurso único refere-se ao princípio da economicidade o qual é um dos mais importantes  
126 princípios da Administração Pública. A conselheira Sueli questiona se é pertinente que o  
127 PREVIMPA faça transposição de servidores uma vez que fez concurso próprio há pouco tempo e  
128 que há servidores a serem nomeados. O conselheiro Rigotti responde que todas as vagas  
129 contempladas no edital já foram ocupadas e enfatiza que não foram disponibilizadas no edital as  
130 vagas que já estavam sendo ocupadas por servidores cedidos. O conselheiro João Carlos diz que o  
131 processo de transposição só é realizado se o concurso que o servidor prestou era único e ainda  
132 devem ser ouvidos o servidor interessado e a banca de remanejamento. O conselheiro Manuel  
133 agradece as palavras escritas pelo Diretor Geral Rigotti no ofício ora apresentado e diz que a colega  
134 que o substituiu tem conhecimento da área e condições de realizar um excelente trabalho. A  
135 conselheira Maris diz que o conselheiro Pedro Martins colocou muito bem quando fala “*nas*  
136 *mesmas atribuições*”, porém relembra que quando do pleito para conseguir a GPREV o  
137 PREVIMPA defendia a tese de que este Departamento faz um trabalho diferenciado em relação a  
138 outros órgãos e diz que é um assunto que deve ser retomado. O Presidente diz que quando se analisa  
139 o contexto do inciso IV art.37 da CF e o art. 51 da Lei 8986/2002 podem ser entendidas  
140 contradições e que isto traz dúvidas na expectativa do candidato aprovado em concurso público que  
141 aguarda nomeação, pois o artigo citado da CF prevê que: “*durante o prazo improrrogável previsto*  
142 *no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos*  
143 *será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na*  
144 *carreira*”. Já o art. 51 da Lei 8986/2002 (Lei que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários  
145 do Departamento) tem a seguinte redação: “*Os servidores detentores de cargo de provimento*  
146 *efetivo da Administração Centralizada que, na data da vigência desta Lei, se encontram em*  
147 *exercício das atividades ligadas à concessão e pagamento de benefícios previdenciários ou na*  
148 *administração contábil e financeira do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos*  
149 *de Porto Alegre instituído pela Lei Complementar nº 466/2001, poderão, mediante opção ser*  
150 *transpostos para o Quadro de Provimento Efetivo do PREVIMPA, extinguindo-se,*  
151 *concomitantemente, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada,*  
152 *os mesmos cargos transpostos, em igual número, excetuados os cargos de Assessor para Assuntos*  
153 *Jurídicos*”. O conselheiro Gilmar diz que o PREVIMPA foi criado por força de Lei há dez anos,

154 não sendo desmembrado de outro órgão e a questão de previdência era uma coisa nova, acredita que  
155 as pessoas que estão em processo de transposição tinham alguma experiência em previdência, sendo  
156 assim entende justo o caso de transposição dos servidores que estão no Departamento há bastante  
157 tempo. O conselheiro Ricardo corrobora com a fala do conselheiro Gilmar e complementa dizendo  
158 entender prudente que seja nomeado para exercer cargo de Diretor servidores que tenham  
159 experiência e não servidores recém nomeados. O conselheiro Alexandre Marder complementa a fala  
160 dos conselheiros Gilmar e Ricardo dizendo que experiência é algo que se constrói com o tempo. O  
161 conselheiro Rigotti responde ao questionamento anteriormente citado pelo Presidente e diz que  
162 todas as vagas disponibilizadas no concurso realizado pelo Departamento foram providas por novos  
163 servidores, ressalta que leva em consideração a colocação do Presidente, mas o tranquiliza dizendo  
164 que nenhuma questão legal foi deixada de lado, nem mesmo quando demorou a ser apresentada a  
165 este Conselho a nova Diretora, pois o §2º da Lei 631/09 não estabelece prazos e primeiro esperou a  
166 nova Diretora ser sabatinada para depois apresentá-la, bem como apresentar a motivação que trata  
167 apenas de uma questão gerencial. Diz ainda que algumas manifestações desta sessão pessoalizaram  
168 o nome de servidores, taxando-os de oportunistas e que não concorda, pois o caso das transposições  
169 já vem sendo tratado a muito tempo bem antes de se cogitar o ganho da GPREV. A conselheira  
170 Fátima diz que as questões apresentadas em relação à transposição foram de forma genérica e que  
171 em nenhum momento foi intenção pessoalizar servidores enfatizando que a falta de transparência  
172 pode transformar questões genéricas em questões particulares, dizendo ainda que existem  
173 contradições na origem dos recursos humanos do município uma vez que há servidores com as  
174 mesmas atribuições, porém com remunerações diferenciadas. As conselheiras Sueli e Maris  
175 corroboram com a conselheira Fátima e dizem que não estava em questão a capacidade da nova  
176 Diretora e sim o porquê da necessidade de transposição quando existem novos servidores com o  
177 mesmo cargo. O conselheiro Alexandre Marder diz que a resposta dada ao ofício demandado ao  
178 DG talvez tenha sido mal interpretada, quando se referiu a lideranças que nascem no Departamento,  
179 reforça o que já falou anteriormente “*liderança se constrói com o tempo*” e isso não quer dizer que  
180 não se oportunizará desenvolvimento de liderança aos novos servidores. Em relação à questão da  
181 transposição diz que na medida em que o Tribunal de Contas reputa legal a realização de concurso  
182 único na Administração Direta e Indireta, existe uma lógica de que os servidores possam ser  
183 aproveitados por outros órgãos do município. O Presidente enfatiza a questão da transparência  
184 colocada pela conselheira Fátima, no sentido de eliminar quaisquer dúvidas que possam surgir nos  
185 procedimentos adotados pelo Departamento e que em relação a sua colocação acerca do assunto  
186 transposição, diz que embora existam manifestações do Tribunal de Contas, a constitucionalidade  
187 das medidas pode ser objeto de questionamento no Tribunal de Justiça do RS. A conselheira Fátima  
188 ressalta que acolhendo deliberação da última reunião deste Conselho é que foi instado o  
189 Departamento, através de ofício, acerca da troca de Diretoria e que até aquele momento não era de  
190 conhecimento deste Conselho e não se tratava de questionar a pessoa que foi nomeada. O  
191 conselheiro Rigotti conclui dizendo que não houve falha no cumprimento da Lei nº 631/09, visto  
192 que o mesmo não estabelece prazo para comunicação ao Conselho de Administração e justifica que  
193 a demora em trazer o nome da nova Diretora a este Colegiado foi a espera do processo de argüição  
194 na CMPA. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião às 11h e 45min (onze horas e  
195 quarenta e cinco minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Fátima Regina  
196 Carlos Saikoski, conselheira/secretária de mesa e pelos demais presentes.

197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204

Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fatima Regina Carlos Saikoski - Secretária

205	Alexandre da Fontoura Dionello	Alexandre Salgado Marder
206		
207		
208		
209	Eros Miguel Sadowoy Martins	Francisco José Menezes da Silva
210		
211		
212		
213	Gilmar Cardozo dos Santos	Luiz Fernando Rigotti
214		
215		
216		
217	Marilena Ruschel da Cunha	Maris Regina Vieira Honaiser
218		
219		
220		
221	Pedro Luis Martins	Ricardo Zucareli Pulvirenti
222		
223		
224		
225	Sueli de Fátima Mousquer	João Carlos Carpes da Silva
226		
227		
228		
229	José Marcelino Heck	Manuel Roberto Escobar
230		
231		
232		